

Secretaria da
Fazenda



GOVERNO DO
TOCANTINS

PROCESSO



GOVERNO DO
TOCANTINS

SECRETARIA DA FAZENDA

Processo: 2017/25000/000147

Data do Processo : 13/02/2017

Interessado: CONTROLADORIA GERAL DO ESTADO DO TOCANTINS - CGE

Assunto: Prestação de contas Anual - Exercício 2016 - Secretaria da Fazenda - SEFAZ.



VOLUME I

5 - Relatório Gestão

5.1 - Apresentação

O Relatório de Gestão é um instrumento de acompanhamento e avaliação da gestão institucional, e auxilia na tomada de decisões para planejamentos futuros. É elaborado em consonância com as seguintes normas: Instrução Normativa do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins- TCE/TO nº 006/03, de 25 de julho de 2003, Art. 9º, inciso III para Administração direta e Art. 10º, IV para Administração Indireta; Decreto Estadual nº 2.595/05, de 06 de dezembro de 2005.

Este relatório demonstra a Prestação de Contas da Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins, referente ao exercício financeiro de 2016, dando assim transparência às ações executadas e da execução financeira e contábil ao órgão competente do Estado.

Correlaciona às metas, os resultados alcançados e a destinação dos recursos, contemplados nos Programas de Governo 1166 – Planejamento, Orçamento e Gestão e 1102 - Manutenção da Secretaria da Fazenda. Demonstra os resultados operacionais e os índices de satisfação obtida em função das metas programadas, bem como o impacto alcançado em função das ações desempenhadas.

Desse modo, torna-se o instrumento de acompanhamento orçamentário e financeiro, bem como de avaliação do funcionamento dos serviços a partir de critérios definidos de eficiência, eficácia e efetividade das ações desenvolvidas no âmbito da Sefaz.

Contempla, também, o grau de eficácia e efetividade almejado pela Instituição, considerando a sua estrutura atual e atrelados aos recursos orçados e conseqüentemente aplicados, cujos resultados obtidos subsidiam a tomada de decisões no que concerne à gestão.

[Handwritten signature]

Para a sua elaboração foram utilizados os documentos: Plano Plurianual – PPA, Lei Orçamentária Anual 2016, relatórios do SIAFEM e os relatórios do Sistema da CGEdas diversas áreas administrativas da Secretaria da Fazenda.

Elaboração do Plano Plurianual - SEFAZ

O planejamento da Secretaria da Fazenda 2016-2019 levou em consideração, tanto o Mapa Estratégico do Estado quanto o Mapa Estratégico da Sefaz, primando pelo o alinhamento entre os dois Mapas. Ressalta-se que esse alinhamento é de importância no fortalecimento dos objetivos da Instituição.



Para atingir os objetivos proposto neste Mapa, a Sefaztem organizado, acompanhado e priorizado a execução das ações estratégicas que contribuirão para o alcance das metas e da missão definida.

[Handwritten signature]

Os esforços no atingimento das metas estão também associados à execução dos projetos que ora estão sendo executados e que tem sua maioria concluída no final de 2017.

5.2 - Base Legal

A Secretaria da Fazenda do Estado do Tocantins foi instituída pela Lei Estadual nº 1, de 23 de janeiro de 1989, publicada no Diário Oficial do Estado - DOE nº 4, de 16 de fevereiro de 1989, com as alterações posteriores, alterada pela Lei nº 2.425, de 11 de janeiro de 2011, publicada no DOE nº 3.298, de 11.01.2011.

5.3 - Missão do Órgão

Arrecadar e gerir recursos públicos com equidade e eficiência, promovendo o equilíbrio fiscal, prestando serviços de excelência, contribuindo para o bem-estar da sociedade tocantinense.

5.4 - Observância da Legislação Pertinente

A execução orçamentária da Sefaz está prevista nas Leis do Plano Plurianual – PPA - Lei nº 3.051 de 21 de dezembro de 2015; de Diretrizes Orçamentárias – LDO - Lei nº 3.048, de 21 de dezembro de 2015; e Orçamentária Anual – LOA - Lei nº 3.052, de 21 de dezembro 2015, instrumentos legais de planejamento, conforme determina as Constituições Federal e Estadual em seus artigos 165 e 80, respectivamente, bem como seguem as normas gerais da Lei nº 4.320, de 17 de março de 1964, para elaboração e controle do orçamento público.

O PPA é instrumento de planejamento de médio prazo para a execução das políticas públicas. É uma lei de iniciativa do Poder Executivo, e

Bluel

estabelece de forma regionalizada, diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e as relativas a programas de duração continuadas. Os planos e programas regionais e setoriais, previstos na Constituição, serão elaborados em consonância com o Plano Plurianual.

A LDO estabelece as metas e prioridades para o exercício financeiro seguinte; orienta a elaboração do Orçamento; dispõe sobre alteração na legislação tributária; estabelece a política de aplicação das agências financeiras de fomento. Com base na LDO aprovada pelo Legislativo, a Secretaria de Planejamento e Orçamento - SEPLAN elabora a proposta orçamentária para o ano seguinte, em conjunto com os demais órgãos.

A LOA estabelece as prioridades contidas no PPA e as metas que deverão ser atingidas naquele ano. A LOA disciplina todas as ações do Governo. Nenhuma despesa pública poder ser executada fora do Orçamento.

O orçamento inicial, de todas as fontes, previsto para 2016 foi de R\$ 287.234.496,00, conforme autorizado pela Lei Orçamentária Anual – LOA. As suplementações, transposições e transferências realizadas ao longo do exercício se deram em virtude à insuficiência de orçamento para atender a execução das ações e das metas previstas no PPA.

Verifica-se que houve redução orçamentária no valor de R\$ 6.605.035,00 e suplementação no valor de R\$ 57.831.082,00, totalizando aumento do orçamento em R\$ 51.226.047,00, correspondente a 17,83% do orçamento inicial fixado, conforme autorizado pela LOA.

Especificação	Valor (R\$)	%
Orçamento Inicial	287.234.496,00	100,00
(-) Reduções	6.605.035,00	2,30
Suplementação	57.831.082,00	20,13
Créditos Especiais / Extraordinários	0,00	0,00
Remanejamentos	0,00	0,00

DR

Transposições	10.742.200,00	3,74
Transferências	44.054.468,00	15,34
TOTAL	338.460.543,00	117,83

Fonte: SIAFEM – Anexo11orc

As referidas reduções e suplementações foram regulamentadas através dos Decretos realizados pela Secretaria do Planejamento e Orçamentos, devidamente publicados em Diário Oficial do Estado.

5.5 - Execução Orçamentária por Categoria Econômica e Fonte de Recursos

As despesas realizadas no exercício de 2016 estão detalhadas por categoria e fonte de recursos na forma do quadro que segue:

Categoria Econômica	Autorizada	Empenhado	Saldo	%
Despesas Correntes	296.964.328,00	296.820.831,89	143.496,11	99,95
Despesas de Capital	41.496.215,00	28.531.811,43	12.964.403,55	68,76
TOTAL	338.460.543,00	325.352.643,32	13.107.899,68	96,13

Fonte de Recurso		Autorizada	Empenhado	Saldo	%
0100	Recursos Ordinários	296.977.719,00	296.834.222,87	143.496,13	99,95
0103	Recursos de Contrapartida	672.000,00	672.000,00	0,00	100,00
4220	Operações de Crédito Externas	40.810.824,00	27.846.420,45	12.964.403,55	68,23
TOTAL		338.460.543,00	325.352.643,32	13.107.899,68	96,13

Conforme demonstrado nos quadros acima, as despesas correntes totalizaram R\$ 296.820.831,89, representando 99,95% do valor orçamento autorizado. Em sua maioria o recurso despendido nesta categoria refere-se ao pagamento de folha dos servidores da secretaria.

DR

As despesas de capital totalizaram R\$ 28.531.811,43, 68,76% do valor do orçamento autorizado. Os recursos executados em despesa de capital são provenientes da operação de crédito externa com o BID, que tem como objetivo a modernização da Administração Tributária do Estado – Projeto PROFISCO. A execução do projeto evoluiu satisfatoriamente em relação às metas programadas para 2016. Em virtude a morosidade na elaboração dos projetos e da demora nos processos licitatórios, alguns projetos de reforma e construção de postos fiscais não tiveram sua execução iniciadas em 2016. O sistema financeiro e contábil também teve seu início postergado para 2017 em virtude do processo de negociação com a empresa vencedora do processo licitatório.

5.6 - Execução e Avaliação do PPA

O ano de 2016 foi um ano marcado por crise econômica e política. Foram muitos ajustes e muitas incertezas no cenário econômico, o que desestabilizou o equilíbrio financeiro, gerando assim a restrição financeira no Estado. Além disso, a burocracia nos processos de contratações de serviços, fez com que a execução de algumas ações não atingisse as metas planejadas.

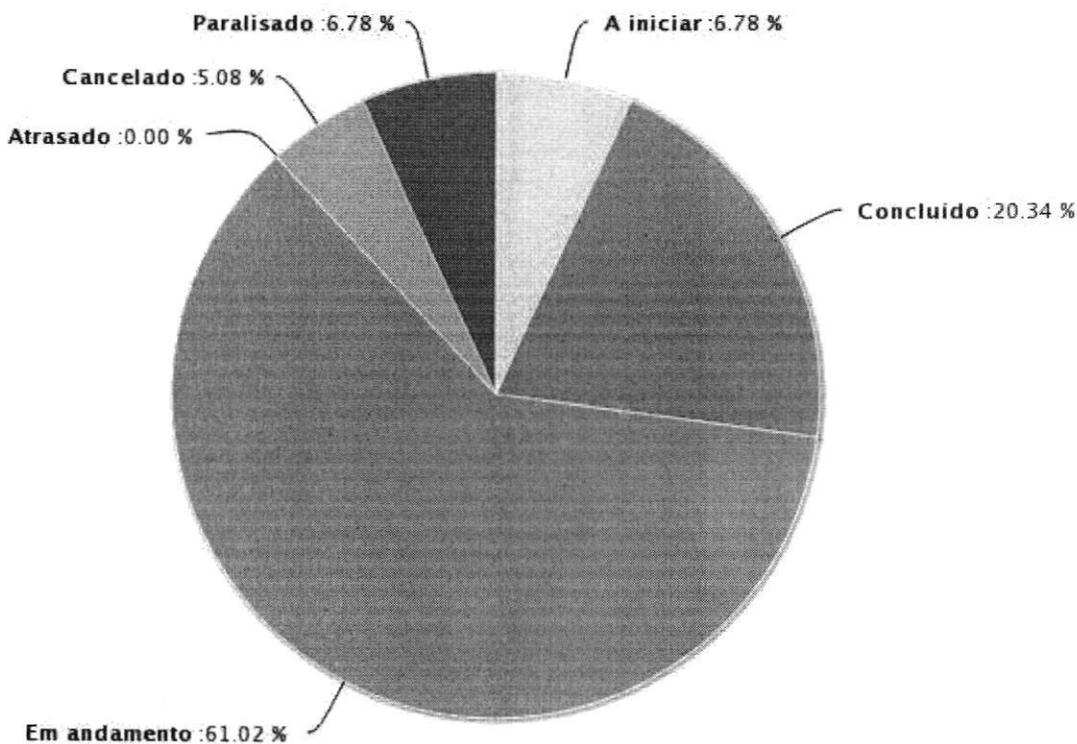
Considerando a importância dos projetos da Secretaria da Fazenda no crescimento econômico e no desenvolvimento do Estado do Tocantins, é fundamental que o desempenho dos projetos expresse o grau de alcance das metas e objetivos planejados para o aperfeiçoamento da gestão fiscal.

Neste sentido, a Secretaria da Fazenda por meio do corpo técnico empenhou-se na elaboração, execução e acompanhamento dos projetos, com objetivo de melhor definir a aplicação dos recursos e acompanhar a execução de cada atividade dos projetos, para que tudo fosse realizado.

A figura demonstra o status de como estão o andamento dos projetos que ora estão sendo trabalhados nesta Secretaria.

Rossil

Status dos projetos



Observa-se que os projetos concluídos representam 20,34%, um percentual tímido comparado com o total geral dos projetos.

61,02% dos projetos da Secretaria estão em andamento, um percentual relativamente considerável em relação ao total geral dos projetos. Com a conclusão dos projetos, significa que no final de 2017 e início de 2018, a secretaria estará com novas sistemáticas e automação dos processos fiscais implantados, oferecendo agilidade, segurança, transparência e controle nos serviços internos e externos desta secretaria; como também estará com um novo modelo de gestão de pessoas implantado e a TI modernizada.

Os projetos estão sendo executados nas 18 (dezoito) ações planejadas, das quais 11(onze) tiveram desempenho satisfatório no cumprimento de suas metas como mostra os relatórios em anexos. Esse desempenho foi significativo, em virtude do andamento dos projetos que estão

sendo executados, são eles: desenvolvimento de um modelo de cobrança que irá integrar todos os créditos fiscais, modernização da fiscalização eletrônica de mercadoria em trânsito, elaboração da política de simplificação e automatização de processos, padronização e normatização da TIC, realização de pesquisa da qualidade de atendimento ao contribuinte, diagnóstico da infraestrutura das unidades administrativas e operacionais da secretaria, implantação do novo modelo de gestão de corregedoria, elaboração do projeto básico do sistema da dívida, implantação da conta corrente de contribuintes, definição e implantação do novo modelo de cadastro com base no REDESIM, aperfeiçoamento do sistema de arrecadação de receitas estaduais, definição e implantação do modelo de cobrança do IPVA, implantação do novo modelo de gestão de pessoas, automatização dos sistemas relativo são ECF, entre outros. Esses projetos vão contribuir para o fortalecimento da Modernização da Secretaria da Fazenda e conseqüentemente incrementar o nível da arrecadação do Estado, o que impactará no desenvolvimento social e econômico do Estado.

Sete ações tiveram suas metas comprometidas no decorrer de sua execução são elas: implantação do sistema público de escrituração digital - SPED – PROFISCO, implementação do modelo de gestão financeira/contábil – PROFISCO, implementação do modelo de gestão de material e de patrimônio – PROFISCO, melhoria da infraestrutura das unidades administrativas da Sefaz, modernização da escola fazendária, promoção e apoio a pesquisas e estudos fazendários, reforma de ambiente físico das unidades fiscais. Amorosidade no processo de negociação de contratação, a divergência de legislação em relação à competência da gestão do patrimônio e dificuldade financeira que o Estado se encontra, foram algumas das causas para o não atingimento das metas, vale lembrar que a maioria dessas ações tem sua finalização em 2017.

Considerando que o objetivo de “Incrementar o Nível de Arrecadação em relação ao Potencial”, visa contribuir para a efetividade da política fiscal do Estado, este obteve um aumento significativo em relação à meta planejada, tendo em vista que a meta prevista de crescimento real da receita de ICMS era de 3% para o ano de 2016 e foi superada pelo índice de 5,31 % de crescimento

Em relação ao ano anterior. A meta de arrecadação planejada de IPVA para 2016 foi alcançada e superada, de 3,70% para 14,36%.

Além do impacto da alteração da legislação ocorrida em 2015, em 2016 foi implementada uma série de medidas para aumentar a arrecadação estadual, tais como: a realização do mutirão de negociação de débitos fiscais que recuperou aos cofres do estado uma receita significativa; a intensificação da fiscalização no trânsito de mercadorias com a realização de blitz nas rodovias federais e estaduais; o monitoramento nos segmentos econômicos mais relevantes de arrecadação, assim como as empresas portadoras de incentivos fiscais; o direcionamento de auditoria em empresas de médio e grande porte, entre outras ações de combate a sonegação fiscal.

Todas estas ações aliadas à alteração de legislação proporcionou este incremento de receita, mesmo em um momento de crise econômica.

Os detalhamentos dos resultados do acompanhamento dos objetivos, indicadores, metas e ações estão expostos nos demonstrativos em anexo, conforme as fls. 43 a 80.



5.6.1–Nota Explicativa da SEPLAN

Secretaria do
Planejamento e Orçamento



GOVERNO DO
TOCANTINS

SGD 2017/13019/000349

NOTA EXPLICATIVA Nº 1/2017/GABSEC

Assunto: **Metas físicas das ações orçamentárias do ano de 2016.**

Justifico, junto aos Órgãos de Controle Interno e Externo, que, devido falha técnica quando da transferência dos dados físicos das metas de algumas Ações Temáticas dos Órgãos/Entidades do Poder Executivo, do Sistema Unificado de Planejamento e Orçamento – UNI para a Lei Orçamentária Anual – LOA, relativos ao exercício de 2016, ocorreram divergências no quantitativo, e somente no início do exercício de 2017 tal divergência foi observada por este Órgão, não sendo possível republicar a LOA com as devidas correções, de forma a compatibilizar os dados físicos com as metas das Ações Temáticas, registrados no UNI e planejados pelos Órgãos/entidades.

Assim, considerando que os dados físicos das ações temáticas, registrados no **Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária**, gera o Relatório de Gestão da Prestação de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas, são oriundos do Sistema UNI, tais incorreções também ocorreram na LOA.

No entanto, tendo em vista que a execução dos dados físicos das ações temáticas, no decorrer do exercício, ocorreu com base nos dados registrados no **Sistema de Acompanhamento da Execução Orçamentária** e no UNI, e que estão em conformidade com os registrados pelos Órgãos/entidades, o Relatório de Gestão da Prestação de Contas Anual dos Ordenadores de Despesas deve se ater a estes e não aos da LOA.

Atenciosamente,

DAVID SIFFERT TORRES
Secretário do Planejamento e Orçamento

Romildo Leite Dias
Diretor de Planejamento



5.7 – Projetos e instituições beneficiadas por Renúncia de Receita

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/PROGRAMAS/BENEFICIÁRIO	Valores R\$		Compensação
			2016	2017	
ICMS	SIMPLES NACIONAL	COM./IND./PREST.SERV. (Lei 123)	54.214.652	58.479.326	
ICMS	CRÉDITO PRESUMIDO / REDUÇÃO BC	COM. INTERNET(Lei 1641/05)	56.135.257	55.620.243	
ICMS	CRÉDITO PRESUMIDO /ISENÇÃO	AGROINDÚSTRIA (Lei 1695/06)	29.060.500	30.277.200	
ICMS	CRÉDITO PRESUMIDO/ RED BC	COM. ATACADISTA (Lei 1201/00)	289.602.000	297.532.800	
ICMS	ISENÇÃO/ CRÉDITO PRESUMIDO/INEXIGIBILIDADE	PROINDÚSTRIA (Lei1385/03)	291.786.614	298.654.979	
ICMS	REDUÇÃO BC/ ISENÇÃO E CRED. PRESUMIDO	COM./IND./AGR./PEC. (Lei 1.303/02)	32.094.860	32.040.440	
ICMS/IPVA	RECUPERAÇÃO DE CRÉDITOS FISCAIS - REFIS	TODOS	8.600.724	2.118.061	
ICMS	RED BC SUSPENSÃO DE ALÍQUOTA(DEC. 3413/08)	DIESEL/ QUEROSENE/GASOLINA-AVGÁS(Lei 1375/03)	72.640.371	71.907.953	
ICMS	RED BC E ISENÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA - TODOS	51.482.261	55.799.004	
		SUB TOTAL	885.617.239	902.430.006	
IPVA	ISENÇÃO PORTADORES DEFICIÊNCIA/LOCADORAS FROTISTA/MOTOTAXI/TAXI E OUTROS	TODOS	21.783.024	22.555.229	
		SUB TOTAL	21.783.024	22.555.229	
TOTAL			907.400.263	924.985.235	

Fonte: SEFAZ/TO. Diretorias: DIEF, DFIS, DRE e DRCFA

5.8 - Transferências de Recursos

Não houve transferência de recursos quanto a repasse financeiros provenientes de convênios firmados com instituições lucrativas ou sem fins lucrativos.

CP

5.9 - Considerações Finais

A Secretaria da Fazenda atuou no exercício de 2016, em consonância com os objetivos traçados para o período, observando os princípios e regras que disciplinam os atos de gestão da administração pública estadual.

Observa-se, contudo, que durante a execução orçamentária financeira foram encontradas algumas dificuldades que inviabilizaram o alcance dos resultados esperados nas ações com fonte de recursos ordinários (0100), sobretudo em decorrência da indisponibilidade orçamentário-financeira originada do contingenciamento das cotas de custeio. Entretanto destacamos a execução das ações do PROFISCO, embora prejudicada pela burocracia nos processos, alcançou o desempenho satisfatório para a modernização da Secretaria.

As ações desenvolvidas pela Sefaz produziram efeitos na melhoria do controle e aperfeiçoamento dos processos nas áreas de execução fiscal, financeira e contábil, possibilitando planejar com maior eficiência e efetividade e permitindo a aplicação dos recursos do Estado em prol de sua sociedade.


PAULO ANTENOR DE OLIVEIRA
Secretário da Fazenda